

Renda média sobe, mas ainda é inferior à de 96

Parcela mais pobre teve alta maior nos rendimentos em 2006, diz o IBGE

A renda média do trabalho atingiu R\$ 888 no país — nível igual ao de 1999, mas inferior ao pico de 1996 (R\$ 975), revela a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), divulgada ontem pelo IBGE. Para os 50% mais pobres, porém, a renda subiu mais e voltou ao patamar de 1996, o que se deve, segundo o IBGE, ao reajuste de 13,3% no salário mínimo.

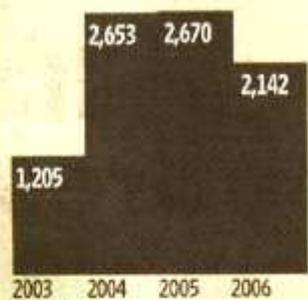
No ano passado, a renda do trabalho subiu 7,2%, maior alta desde 95, época do boom do Real. Foi o segundo ano consecutivo de crescimento após sete anos de estagnação ou queda.

O desemprego recuou para 8,5% em 2006, o menor desde 1997. Nos quatro anos do primeiro mandato de Lula (2003-2006), criaram-se 8,7 milhões de vagas, 1,3 milhão a menos que o prometido na campanha de 2002.

A presença dos trabalhadores acima de 40 anos no mercado subiu; a dos jovens de 18 a 24 anos diminuiu. O país envelheceu, e a fecundidade média caiu para dois filhos por mulher. Dinheiro 2



NÚMERO DE EMPREGOS GERADOS NO 1º MANDATO DE LULA, EM MILHÕES



Renda cresce, mas não recupera pico de 96

Aumento em 2006 é maior entre mais pobres, turbinado pela alta no mínimo, e reduz desigualdade, que ainda é alta

Pesquisa ampla do IBGE sobre 2006, a Pnad revela ainda a geração de 2,1 milhões de novos empregos no ano passado

**PEDRO SOARES
JANAINA LAGE**
DA SUCURSAL DORIO

O rendimento do trabalho cresceu 7,2% em 2006, a maior alta desde 1995. Em valor médio (R\$ 888), porém, ainda é inferior ao pico de 1996 (R\$ 975), quando o país vivia o "boom" do Plano Real. Foi o segundo ano seguido de alta — em 2005, havia subido 4,6% —, após sete anos de queda ou estagnação, revelam dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) feita pelo IBGE em 145,6 mil domicílios em todo o país, com 410,3 mil entrevistas.

Nos quatro anos do governo Lula (2003 a 2006), a renda do trabalho cresceu numa média anual de 1,1% —abalada pela queda de 2003 (7,6%). No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (99-2002), havia caído 3%, afetada pelas crises externas, a desvalorização de 1999 e o apagão. No primeiro mandato de FHC (1995-1998), a renda cresceu numa média anual de 5,61%.

Em valores, a renda média do trabalho em 2006 chegou a R\$ 888, o mesmo nível de 1999, contra R\$ 975 em 1996. Para os 50% mais pobres, porém, cresceu mais, voltando ao pico de 1996. E subiu menos no topo da pirâmide. Foram gerados 2,1 milhões de empregos em 2006, com alta de 2,5% na comparação com 2005. O resultado foi a queda da taxa de desemprego para 8,5% em 2006, a menor desde 1997 (7,8%). Em 2005, havia sido de 9,4%. A informalidade também caiu.

O crescimento da renda, diz o IBGE, é reflexo do reajuste de 13,3% do salário mínimo, que beneficia mais as camadas mais pobres. O perfil de expansão da renda —mais intensa para os pobres— contribuiu para a continuidade da redução da desigualdade no país. "A desigualdade teve uma queda suave. O Brasil segue com forte concentração de renda", disse Márcia Quintsler, coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE.

A concentração de renda também teve queda. O índice de Gini da renda do trabalho —cerca de 75% do rendimento total das famílias— caiu de 0,547 em 2004 para 0,543 em 2005 e 0,540 em 2006. Para Sonia Rocha, economista do Iets (Instituto de Estudos de Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade), "foi uma queda bem forte repetindo o que temos visto nos últimos anos".

Para Lena Lavinias, da UFRJ, a renda dos mais pobres está convergindo lentamente com a dos mais ricos, com impacto positivo na desigualdade. Isso ocorre graças à valorização do salário mínimo e o aumento do emprego especialmente na faixa até três salários mínimos.

Mas a Pnad mostra que o caminho a percorrer ainda é longo: o rendimento dos 10% mais pobres representa 1% do total; o dos 10% mais ricos, 44,4%.

A pesquisa revela ainda que 1,34 milhão de brasileiros passaram a se declarar de cor preta ao IBGE. Na educação, o número de estudantes na universidade subiu 13,2% em 2006.

➔ **LEIA MAIS B10 a B18**

R\$ 3.947 foi a renda média dos 10% mais ricos em 2006

9,74% foi o aumento na renda média dos 50% mais pobres de 1996 a 2006

Recuperação foi maior para os mais pobres

Renda média do trabalhador voltou aos níveis de 1999; já os 50% mais pobres recuperaram o poder de compra de 1996

Apesar do avanço dos rendimentos da população, desigualdade no país ainda diminui 'de forma suave', na avaliação do IBGE

DA SUCURSAL DORIO

A renda do trabalhador cresceu pelo segundo ano seguido, mas, para a média do país, ainda não foi possível recuperar o poder de compra de 1996, época em que o país ainda vivia o auge dos efeitos do Plano Real. As perdas de 2006 em relação a 1996 foram de 8,9%.

Dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicí-

lios) mostram que a renda média do trabalho avançou 7,2% no ano passado, o maior ritmo de expansão desde 1995. O valor da renda média do país no ano passado chegou a R\$ 888, patamar idêntico ao de 1999.

Na prática, os 50% mais pobres foram mais beneficiados e recuperaram o poder de compra de 1996. O valor do rendimento médio dessa parcela da população, no entanto, era de R\$ 293, abaixo do salário mínimo do ano passado, de R\$ 350. Em 2006, o rendimento médio cresceu 8,52%.

Já os 50% mais ricos da população, com renda média de R\$ 1.482, ainda não voltaram ao

patamar de 2001, quando ganhavam em média R\$ 1.495.

"O Brasil viveu uma fase de estagnação trabalhista, em todos os sentidos, de renda e emprego, que começa a ser superada. A queda da renda expôs a pior face dessa crise. Quando se olha o retrato do Brasil, a figura ainda é muito ruim, mas quando se observa a trajetória, verifica-se que houve avanço", afirma Marcelo Neri, economista da FGV (Fundação Getúlio Vargas).

No governo Lula, a renda cresceu a um ritmo de 1,1% ao ano. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o reajuste de 13,3% do

salário mínimo no ano passado foi determinante para o crescimento da renda. Outro fator citado por especialistas foi a manutenção dos preços sob controle. Em 2006, a inflação encerrou o ano com alta de 3,14%.

Segundo João Saboia, diretor do Instituto de Economia da UFRJ, o salário mínimo tem colaborado para reduzir a desigualdade porque afeta tanto o rendimento dos trabalhadores como o piso das aposentadorias. "O crescimento de 7,2% da renda não é excepcional, mas foi bom para o padrão brasileiro. Com o aumento da formalização, o rendimento tende a crescer. Quem tem carteira de trabalho assinada ganha mais. Ao mesmo tempo é frustrante pensar que você precisa levar mais de uma década para voltar ao que era no Real", disse.

Desigualdade

Apesar da expansão mais forte da renda, o IBGE avalia que o ritmo de queda da desigualdade ainda é "suave". Em 2005, a renda havia aumentado em 4,6%. O índice de Gini do trabalho passou de 0,544 em 2005 para 0,541 no ano passado. O índice varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade. Desde 1993, não cresce a desigualdade no país.

"Em que pese, ano após ano, os indicadores de distribuição de renda se mostrarem favoráveis, a velocidade é muito pequena frente à desigualdade no país", afirmou o presidente do IBGE, Eduardo Nunes.

A análise da concentração dos rendimentos mostra que os 10% mais pobres detinham 1% do total dos rendimentos no ano passado. Já os 10% mais ricos concentravam 44,4% do total de remunerações. Desde o ano de 2004, esse patamar sofreu poucas alterações. A época, os mais ricos representavam 44,7% da renda.

De acordo com a pesquisa, os 10% mais ricos da população recebiam um rendimento médio mensal de R\$ 3.947 no ano passado.

Na avaliação de especialistas, no entanto, a queda da desigualdade tem sido expressiva. "É uma queda forte que reflete o impacto do salário mínimo e de políticas sociais, como o Bolsa Família", afirma Sonia Rocha, pesquisadora do Iets (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade).

"O país tinha antes uma desigualdade inercial, que praticamente não mudava, um cenário que começou a mudar nos últimos anos. Pequenas alterações nesses números podem significar grandes mudanças nos estratos sociais", afirmou Neri.

A renda média de todas as fontes, que inclui trabalho, aposentadorias e programas sociais, cresceu a um ritmo menor do que a do trabalho. De 2005 para 2006, houve alta de 6,2%, e o valor chegou a R\$ 878.

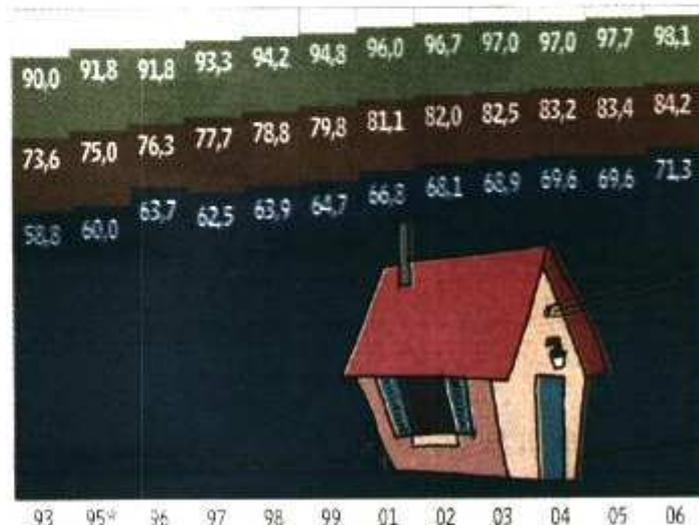
Apesar dos avanços, as diferenças regionais continuam marcantes. No ano passado, 12,7% dos domicílios com rendimento tinham renda de até um salário mínimo. Na região Nordeste esse percentual chega a 25,3% e no Sul fica em 7,6%. Apenas 3% dos domicílios com renda tinham um patamar superior a 20 salários mínimos. No Sudeste, esse percentual chega a 3,8%, mas no Nordeste, fica em 1,5%.

CASAS COM MAIS INFRA-ESTRUTURA

Mais domicílios recebem água, luz e esgotamento sanitário

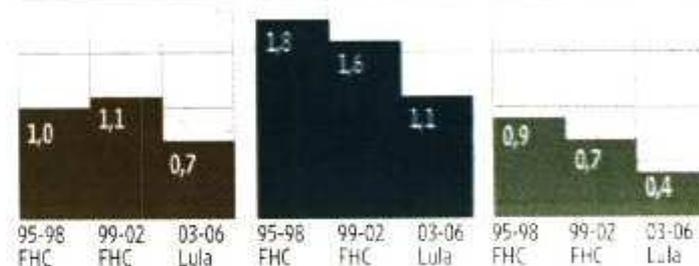
PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS COM CADA UM DOS SERVIÇOS

- Rede de abastecimento de água
- Esgotamento sanitário adequado (fossa séptica ou rede geral coletora)
- Rede elétrica



RITMO MÍDIO DE CRESCIMENTO ANUAL DOS DOMICÍLIOS...

Ligados à rede de água, em% Ligados à rede de esgoto, em% Ligados à rede elétrica, em%



*Não foi realizada a Pesquisa em 1994. Pesquisa e comparação por regiões com o ano-base é feita a partir de 2003. A pesquisa não foi feita também em 2000. A média do acesso mínimo FHC foi feita com base em dados de três anos (1999, 2001 e 2002). Fonte: IBGE.

Serviços básicos avançaram mais sob FHC

DA SUCURSAL DO RIO

O acesso aos serviços básicos cresceu de modo mais intenso nos anos de governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso do que sob primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Mais defasado do que os outros serviços, o esgotamento sanitário adequado (fossa séptica ou rede geral coletora) nos dois mandatos de FHC teve um ritmo de expansão anual de 2,2%. Sob Lula, o crescimento médio baixou para 1,1%.

Em 1995, primeiro ano do mandato de Fernando Henrique Cardoso, 60% dos lares tinham esgoto adequado. O percentual era de 68,1% em 2002, último ano de governo tucano. Em 2006, 71,3% dos domicílios tinham esgoto em condições satisfatórias.

De acordo com Sonia Rocha, economista do Iets (Instituto de Estudos de Trabalho e Rendimento), o saneamento é o mais problemático, pois a rede coletora muitas vezes despeja o esgoto na natureza. "Só tira do domicílio, mas polui o ambiente", afirma.

No caso da rede geral de água, o crescimento médio anual foi de 1,2%. Ficou em 1,3% no segundo mandato de FHC (1999-2002). Nos primeiros quatro anos de Lula, a média anual subiu menos: 0,7%. Em 1995,

76,3% dos lares estavam ligados à rede. Em 2002, eram 82%. O percentual chegou a 84,2% em 2006.

O número de domicílios com acesso à energia cresceu 1,1% no primeiro mandato de FHC e, 0,9% no segundo. No primeiro governo Lula, o ritmo anual de expansão baixou para 0,4%. O percentual de domicílios

com eletricidade saiu de 91,8%, em 1995, para 96,7% em 2002. No ano passado, chegou próximo à universalização — 98,1%.

"Quanto mais alto o percentual de atendimento, mais difícil expandir. Isso porque tem de se atender localidades mais distantes e menos povoadas", disse Vandeli Guerra, técnica do IBGE.

País tem 16,9% das casas com acesso à web

DA FOLHA ONLINE, NO RIO

O número de domicílios com acesso à internet cresceu 26,9% em 2006. Apenas 9,2 milhões de domicílios tinham computador com acesso à rede, 16,9% das casas.

Nos últimos cinco anos, houve aceleração da inclusão digital. As famílias que declararam ter computador passaram de 12,6% do total (2001) para 22,4% (2006). Para a gerente da Pnad, Marcia Quintslr, a comunicação e a informação vêm sendo priorizadas pelas famílias.

"Quando o microcomputador passou a ser integrado pelas famílias brasileiras,

chegou ao mercado com um preço muito elevado e agora tem se tornado mais acessível. Com rendimentos crescentes e preços caindo é clara a decisão de estar conectado e se comunicando."

A região Norte urbana registrou a maior variação, de 6,7% para 12,4% de 2005 a 2006. Os percentuais praticamente dobraram também no Nordeste (de 5,2% para 9,7%), Sul (de 13,9% para 27,9%) e no Centro-Oeste (de 10,6% para 20,4%).

A existência de computador e o acesso à internet mostraram fortes desigualdades regionais. Os percentuais alcançados no Sudeste (29,2% e 23,1%, respectivamente) ficaram em torno do triplo dos percentuais observados no Norte (9,8% e 6%) e Nordeste (9,7% e 6,9%).

(CLARICE SPITZ)

RENDA EM RECUPERAÇÃO

Em 2006, rendimento do trabalho voltou ao patamar de 1999

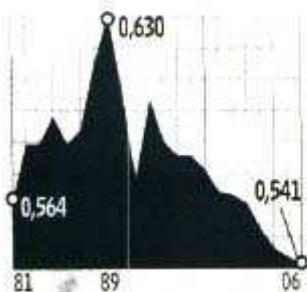


PODER DE COMPRA DOS MAIS POBRES VOLTA, MAS O DOS MAIS RICOS, NÃO

Rendimento médio em R\$

DESIGUALDADE TEM LEVE QUESA EM 2006

Índice de Gini de distribuição do rendimento médio mensal do trabalho de pessoas com 10 anos ou mais de idade**



Índice de Gini: Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Quanto mais próximo o índice for de 0, menor é a desigualdade verificada



* A Pesquisa foi realizada nos anos de 1992, 1993, 1994 e 2000. Obs.: As séries históricas incluem os dados dos domicílios das áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.
Fonte: PNAD, IBGE.

77,2% das pessoas na faixa de 40 a 49 anos estavam ocupadas em 2006

75,5% das crianças de 5 a 9 anos que trabalham atuam no campo

8,7 milhões de vagas foram criadas no 1º mandato de Lula

Promessa de campanha era criar 10 milhões de postos de trabalho entre 2003 e 2006, período de bonança global

Desemprego fica em 8,5% em 2006, mas entre jovens vai a 16,7%; informalidade no trabalho recua de 51,8% em 2005 para 50,4% em 06

PEDRO SOARES
JANAINA LAGE
DA SUCURSAL DO RIO

Em quatro anos do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foram criados 8,7 milhões de novos postos de trabalho. A promessa mais vistosa de Lula na campanha de 2002 — quando obteve 52,8 milhões de votos (61,3%) — era a criação de 10 milhões de empregos, 1,3 milhão a menos do que o saldo final.

Em 2006, foram criados 2,1 milhões de empregos, com alta de 2,5% na comparação com 2005. A forte geração de vagas fez a taxa de desemprego do país cair para 8,5% em 2006, a menor desde 1997 (7,8%), segundo dados da Pnad. Em 2005, estava em 9,4%.

“Um número de 8,7 milhões de empregos criados é algo muito expressivo. Ninguém acreditava na promessa dos 10 milhões. Já estamos quase chegando lá”, disse Sônia Rocha, do Iets (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade).

Segundo a economista, a conjuntura atual é muito boa para o mercado de trabalho: o crédito em expansão, a redução dos juros e o aumento da renda dinamizam o consumo doméstico, rebatendo no emprego. Antes, o crescimento estava mais vinculado às exportações.

Segundo Cimar Azeredo Pereira, gerente da Pnad, a conjuntura foi “favorável para o mercado de trabalho”, que conseguiu absorver quem procurava uma colocação. O contingente de pessoas com mais de dez anos que estava ocupado em 2006 — 57% — foi o mais alto desde 1995. Os dados da pesquisa para todo o país mostram que o total de desempregados caiu 8,3% de 2005 para 2006

— 742 mil pessoas. Em 2006, restava ainda um contingente de 8,2 milhões de desocupados.

Os empregos criados, porém, são com salários menores. Segundo Lena Lavinias, do Instituto de Economia da UFRJ, nos últimos anos a maior parte dos postos gerados está na faixa de até três salários mínimos, o que, do ponto de vista da distribuição de renda, é positivo.

Outro problema apontado por Rocha, do Iets, é a exclusão dos jovens do mercado de trabalho. A maior taxa de desemprego está na faixa de 18 a 25 anos — 16,7% em 2006.

Informalidade

De 2005 para 2006, também caiu a informalidade. Os trabalhadores sem carteira, por conta própria e não-remunerados somavam 51,8% da força de trabalho em 2005. O percentual baixou para 50,4% em 2006. “A informalidade ainda se mantém elevada, mas em ritmo de queda, o que é positivo”, disse Azeredo Pereira. A cada cinco

empregos criados, três eram com carteira.

Um fator importante para a queda da informalidade foi a redução de cerca de 470 mil trabalhadores não-remunerados — queda de 8,7%. Existiam

 **8,7 milhões de empregos criados é algo muito expressivo. Ninguém acreditava na promessa dos 10 milhões. Já estamos quase chegando lá**

SÔNIA ROCHA
do Iets

A informalidade ainda se mantém elevada, mas em ritmo de queda, o que é positivo

CIMAR AZEREDO PEREIRA
gerente da Pnad

ainda, em 2006, 5,4 milhões de pessoas nessas condições.

Para Lavinias, o aumento do salário mínimo reduziu a informalidade e teve impacto no trabalho sem remuneração, já que elevou a renda familiar.

Já Vandeli Guerra, técnica do IBGE, diz que está relacionado basicamente à redução do emprego em atividades agrícolas (-3,2%), que concentra a maior parte dos não-remunerados.

De modo geral, a taxa de desemprego caiu nos Estados. Em 2006, as mais altas taxas de desemprego foram registradas no Rio de Janeiro (11,8%) e no Distrito Federal (11,5%). Em São Paulo, ficou em 10% em 2006 —era de 11,5% em 2005. O Piauí teve a menor marca —4,1%.

“A taxa de desemprego é um conceito urbano, que continua alta, apesar da tendência de declínio. Nas áreas rurais é muito baixa, em torno de 4% a 5%”, disse Rocha. Tal fenômeno explica as taxas mais elevadas em Estados mais urbanizados, como São Paulo, Rio e DF.

Lula x FHC

A taxa média de desemprego ficou em 7,5% no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), sob efeito da estabilização de preços do Real e consequente crescimento econômico. No segundo mandato (só há dados para 1999, 2001 e 2002), subiu para 9,4%, após os abalos das crises externas, da desvalorização cambial de 1999 e do tropeço da apagação de 2001 —que comprometeu a recuperação da economia iniciada no final de 2000. O IBGE só tem dados de geração de emprego do último ano de FHC: 2,9 milhões em 2001.

Rocha recorda, porém, que os anos 1990 foram um período forte de ajuste do emprego industrial e do setor financeiro. Diz ainda que FHC conviveu com períodos de crise externa e um ambiente macroeconômico mais adverso. Já Lula se beneficiou da fase de bonança da economia mundial.

Mercado tem mais espaço para trabalhadores acima de 40 anos

DA SUCURSAL DO RIO

O mercado de trabalho está valorizando mais o profissional experiente e está restrito para jovens. De 2005 para 2006, a participação dos trabalhadores com 40 anos ou mais aumentou de 39% para 40,1%. O aumento representou a entrada de 908 mil pessoas dessa faixa etária na população ocupada. Movimento inverso ocorreu com a população entre 20 e 24 anos, cuja participação passou de 66,6% para 66,0% de 1996 até o ano passado. Já o percentual de ocupados de 18 a 19 anos caiu de 55,2% para 51,8%.

“Vejo um problema educacional no desemprego jovem: uma enorme massa de 18 a 25 anos está pouquíssimo preparada para ingressar no mercado de trabalho. Pelos dados da Pnad de 2005, 30% dos jovens nessa faixa têm menos de oito anos de escolaridade. Estão, portanto, potencialmente fora do mercado de trabalho”, afirmou Sonia Rocha, pesquisadora do Iets (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade).

Ela diz que a preferência pelos mais velhos pode estar relacionada à busca por empregados experientes, já que o mercado de trabalho busca majoritariamente pessoas com mais de oito anos de estudo.

Segundo o IBGE, a tendência de envelhecimento da população e as mudanças nas regras da Previdência, que aumentam o tempo de permanência no mercado de trabalho, explicam a mudança de quadro —além da volta ao mercado após a aposentadoria em busca de renda.

O percentual de pessoas ocupadas entre 40 e 49 anos aumentou de 73,5% em 1996 para 77,2% no ano passado. Na faixa de 50 a 59 anos a participação passou de 60,8% para 65,1%. Para os trabalhadores de 60 anos ou mais o percentual é igual ao de 1996, 30,6%.

Para João Sabóia, diretor do Instituto de Economia da UFRJ, as mudanças na aposentadoria podem ter colaborado. A participação das pessoas de 40 anos ou mais é maior no Sul (43,1%) e Sudeste (41,9%).

Previdência

Mais da metade da população não contribui para a Previdência, mas, de 2005 para 2006, houve um aumento de 5,4% e o percentual de contribuintes chegou a 48,8%, o equivalente a 43,6 milhões de pessoas. O grupamento de atividades que mais contribui para a Previdência é administração pública, com 84,8%. O menor percentual é de atividades agrícolas, com 13,5%.

País ainda tem quase 2 milhões de crianças de 5 a 14 anos que trabalham

DA SUCURSAL DO RIO

Depois de um aumento causado pela crise na agricultura em 2005, o trabalho infantil voltou a cair no ano passado. O percentual de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos que trabalhavam passou de 12,2% para 11,5% no período. Apesar disso, o país ainda conta com 1,961 milhão de crianças de 5 a 14 anos que tentam conciliar estudo e trabalho ou que abandonam a escola para complementar a renda da família.

A Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) ajuda a traçar um retrato do trabalho infantil no país, que atinge principalmente os meninos — a maioria em atividades agrícolas e oriunda de famílias de baixa renda.

Na faixa de 5 a 14 anos, os meninos representam 65,9% das crianças que trabalham.

Em 2006, 237 mil crianças de 5 a 9 anos trabalhavam. O número equivale a 4,6% do total de crianças e adolescentes até 17 anos no mercado de trabalho. Segundo a pesquisa, as famílias das crianças trabalhadoras de 5 a 9 anos de idade tinham renda média domiciliar per capita de cerca de R\$ 150. Em média, essas crianças trabalhavam 10,6 horas por semana e 75% delas estavam ocupa-

das em atividades agrícolas.

Já nas famílias de crianças de 10 a 14 anos que trabalhavam no ano passado, o rendimento médio domiciliar per capita era de R\$ 204. Essas crianças trabalhavam em média 18,4 horas por semana. A maior parte (53,7%) era não-remunerada, e 17,3% eram empregadas.

Entre as regiões, o Nordeste apresentou a maior queda na

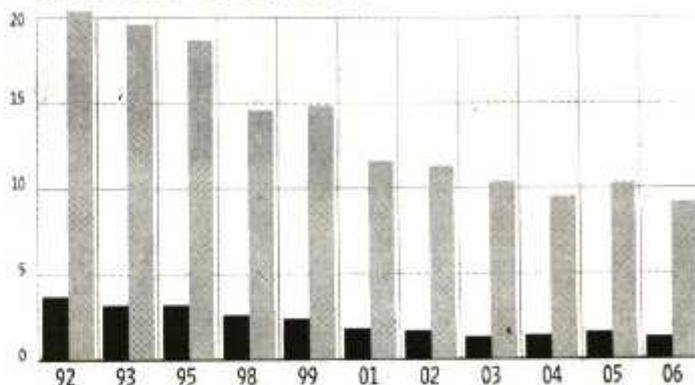
participação de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos na população ocupada: passou de 9,4% para 8,4%.

Os adolescentes de 15 a 17 anos já enfrentam uma carga de trabalho similar a dos adultos. A pesquisa mostra que eles trabalhavam em média 31,2 horas por semana. A Pnad revelou ainda que 26,7% deles não frequentava a escola.

MENOS CRIANÇAS TRABALHANDO

Cai percentual de crianças em atividade remunerada no país

Percentual de pessoas ocupadas
■ de 5 a 9 anos ■ de 10 a 14 anos



10,6h É quanto crianças de 5 a 9 anos trabalham em média por semana

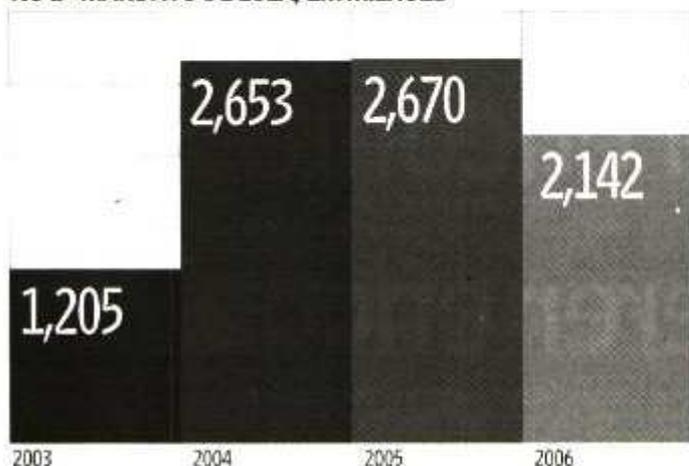
R\$ 150 É o rendimento médio domiciliar per capita de suas famílias

Fonte: IBGE

PRECISA-SE

No primeiro governo Lula, são criadas 8,67 milhões de vagas

NÚMERO DE EMPREGOS GERADOS NO 1º MANDATO DE LULA, EM MILHÕES



Varição do número de pessoas ocupadas em relação ao ano anterior, em %

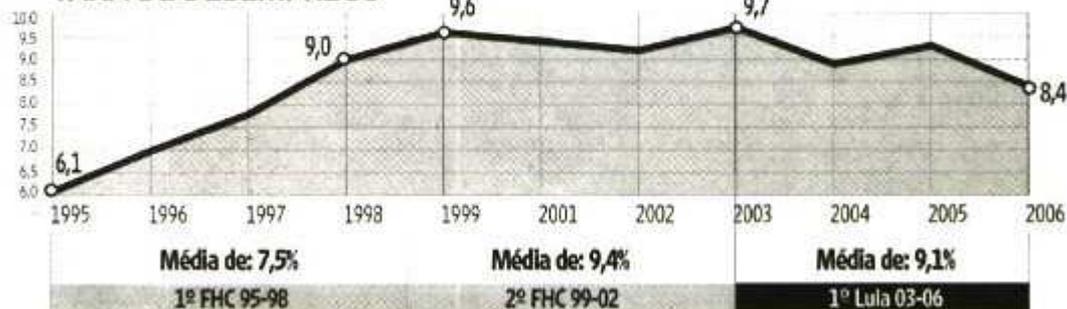


FHC X LULA

Média anual de empregos gerados, em milhões

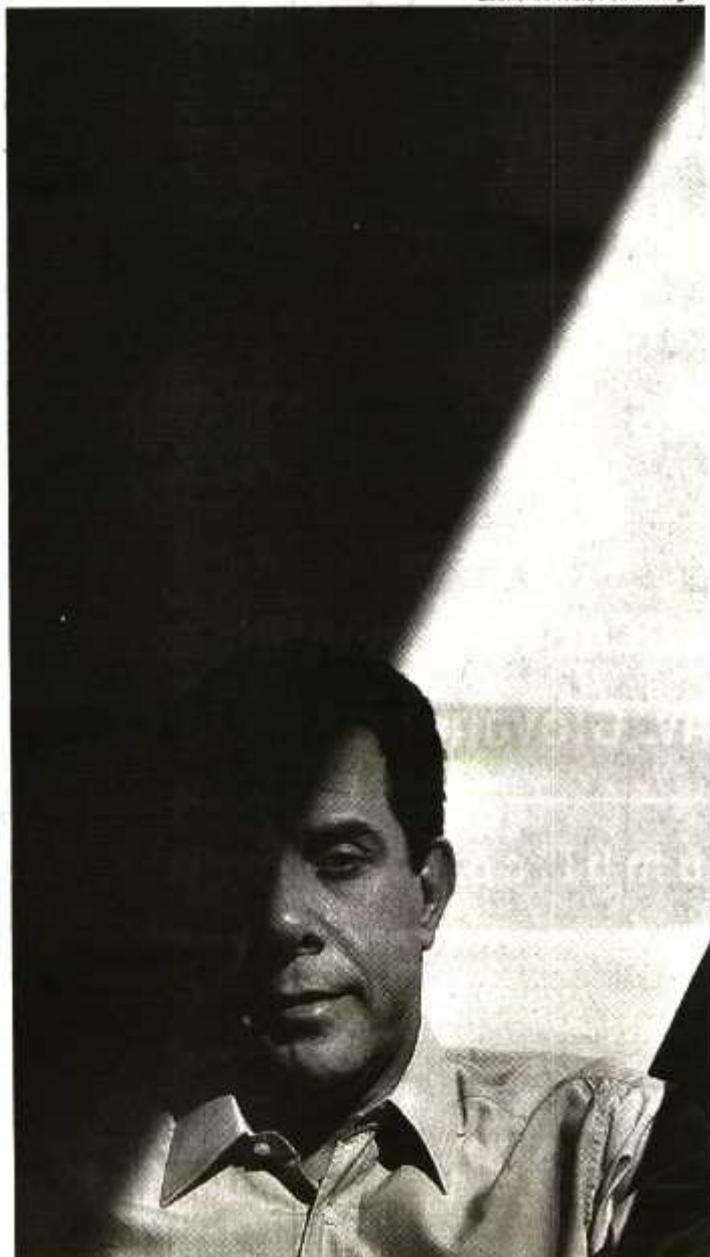


TAXA DE DESEMPREGO



Exclui a área rural da região Norte, pesquisada só a partir de 2004. *Média de 1999, 2001 e 2002. Pnad não foi realizada em 2000. ****O IBGE só tem dados para este período, por que as estimativas de população foram referidas com o Censo de 2000. Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, IBGE

Leonardo Wen/Folha Imagem



Marcelo Santos, ex-vice-presidente do Bank Boston

[!] foco

Aos 44 anos, executivo é sondado para cargo no alto escalão de 3 empresas

DENISE BRITO
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Formado em administração de empresas, Marcelo Santos está com 44 anos de idade e vive a experiência de não estar empregado pela primeira vez desde os 16 anos. Considerando as estatísticas do IBGE, ele está, no entanto, não no índice dos desempregados, mas na dos profissionais maduros que seguem competitivos e até disputados pelas empresas.

Ex-vice-presidente de recursos humanos do Bank Boston, instituição comprada pelo Itaú em fevereiro de 2006, Santos participou do processo de transição da incorporação até meados deste ano e hoje está sendo cooptado para o alto escalão de três empresas.

Ele afirma que nunca chegou a se preocupar com o momento em que tivesse de enfrentar menos oportunidades no mercado. "Meu plano B sempre foi trabalhar bem e me atualizar para

manter alta minha empregabilidade", afirma.

Por sua área de atuação envolver justamente as contratações de profissionais, Santos diz ter sempre considerado a realidade do mercado brasileiro que, apesar de oferecer excesso de mão-de-obra, tem escassez de profissionais qualificados.

Um diferencial que ele crê ajudá-lo a se manter atraente e competitivo é a qualidade do trabalho que desenvolveu ao longo de sua carreira — considerada meteórica por seus colegas: tornou-se diretor no Boston aos 28 anos e vice-presidente aos 32. "O track record (histórico de realizações) do profissional é sempre analisado e o trabalho que desenvolvi no Boston, que sempre teve um RH considerado benchmarking (modelo), ajudou muito", diz. "O mais importante é saber do que se gosta. Eu gosto de ser executivo, sou ligado no 220, isso para mim é uma motivação, por isso acho que devo continuar."

R\$ 565 foi o rendimento médio mensal do Nordeste medido no ano passado, o menor entre as regiões do país

Renda sobe mais no Nordeste, mas ainda é a menor do país

Rendimento do trabalho avança 12,1% na região, puxado pelo aumento real do mínimo

Ocupação no Nordeste, no entanto, cresce abaixo da média do país, com acréscimo de 228 mil vagas, segundo o IBGE

DA SUCURSAL DO RIO

Entre todas as regiões, foi no Nordeste onde o rendimento mais cresceu: 12,1% de 2005 para 2006. Ainda assim, tem o menor valor médio de todo o país: R\$ 565.

Segundo Márcia Quintslr, coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE, o aumento real de 13,3% do salário mínimo tem um impacto maior no Nordeste, onde mais pessoas têm remunerações até essa faixa de renda.

Uma hipótese ainda a ser comprovada, diz, é o efeito dos programas de transferência de renda como fator de dinamismo da economia local. "Pode ser um possível impacto indireto. Mas é algo ainda a verificar com outros estudos." É que o

Bolsa Família e outros programas sociais não são computados no rendimento do trabalho.

Para Lena Lavinias, do Instituto de Economia da UFRJ, o fator mais importante é, de fato, o aumento do salário mínimo. "A política de recomposição do mínimo tem um impacto forte no aumento da renda do trabalho e na redução da pobreza, especialmente nas regiões em que há mais pessoas com rendimentos mais baixos. O mínimo é uma referência também para o trabalho informal e o emprego doméstico."

Para Sônia Rocha, do Iets (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade), o crescimento mais acentuado no Nordeste aponta para a redução da desigualdade regional.

Nas outras regiões, o rendimento do trabalho cresceu menos: Norte (7,1%), Sudeste (6,6%), Sul (5,5%) e Centro-Oeste (4,9%).

O emprego no Nordeste, entretanto, não teve um bom desempenho. Abaixo da média

nacional, a ocupação cresceu 1% de 2005 para 2006, com acréscimo de 228 mil vagas.

O efeito direto dos programas de assistência aparece no rendimento médio domiciliar per capita — inclui todas as fontes de renda, como aluguéis, aplicações financeiras, transfe-

rências de programas sociais e aposentadorias. No Nordeste, cresceu 10,8%, também acima da média nacional — alta de 7,6%, estimada em R\$ 1.687. No Nordeste, porém, o rendimento dividido pelos integrantes da família ainda é o mais baixo do país — R\$ 1.089.

foco

Projetos aumentam oportunidades de trabalho em Salvador

LUIZ FRANCISCO

DA AGENCIA FOLHA, EM SALVADOR

Em um dos bairros mais violentos e sem infra-estrutura de Salvador, funciona um "condomínio empresarial", responsável pela geração de 1.500 empregos —80% deles ocupados por ex-moradores de rua que nunca tiveram a carteira assinada e praticavam pequenos furtos em locais de grande fluxo turístico da cidade.

Instaladas em galpões, 14 micro, pequenas e médias empresas produzem em Fazenda Coutos (35 km do centro da capital baiana) móveis, roupas, tapetes, parafusos, embalagens, peças automotivas, dentre outros.

"Antes de ser contratada, eu trabalhava como empregada doméstica e ganhava

R\$ 100 por mês. Agora, pela primeira vez em minha vida, tenho carteira assinada e almoço no restaurante da empresa", diz Tâmara Aragão Lima, 18, que recebe R\$ 380 por mês.

Dona da empresa onde a ex-empregada doméstica trabalha, Christianne Figueiredo, 38, disse que seus 320 funcionários são responsáveis pela produção de 60 mil peças de roupas por mês. Ao menos 90% dos empregados do "condomínio" residem em casas populares cedidas pelo governo.

O empreendimento conta também com um centro social, creche, escola e horta comunitária. No local, as crianças e adolescentes participam de cursos de capoeira, dança e teatro e recebem reforço escolar.



Trabalhadora em fábrica de tecidos em Salvador, Bahia

Mais 1,34 milhão de pessoas se autodefinem de cor preta

Participação sobe de 6,3% para 6,9%; especialistas vêem influência de ações afirmativas

IBGE afirma que mais pessoas passaram a assumir a própria cor; população de cor branca passa de 49,9% em 2005 para 49,7% em 2006

DA SUCURSAL DO RIO

A população negra começa a ganhar mais visibilidade nas estatísticas oficiais em um período em que se ampliaram as políticas públicas de ação afirmativa, destinadas, em tese, a promover maior equidade racial. Dados da Pnad mostram que o número de pessoas que se declaram de cor preta cresceu em 1,34 milhão de 2005 para 2006. Na prática, a população de cor preta passou de 11,5 milhões de pessoas para 12,9 milhões.

A pesquisa do IBGE mostra que, em 2006, as pessoas de cor preta começaram a "sair do armário", como definiu uma especialista. O instituto afirma que uma das explicações possíveis é que mais pessoas estejam assumindo a própria cor. Com isso, a participação da população de cor preta no país aumentou de 6,3% em 2005 para 6,9% no ano passado.

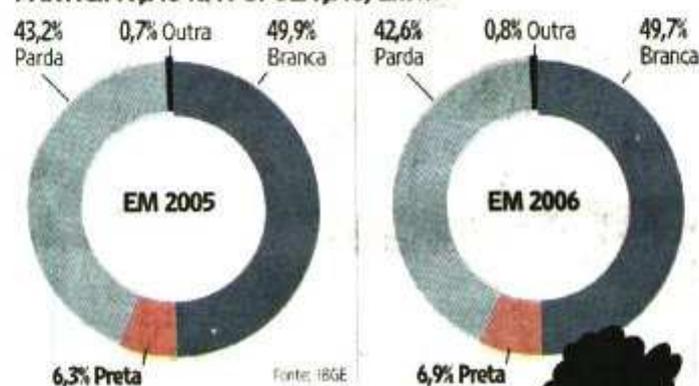
A participação das pessoas de cor parda na população caiu de 43,2% para 42,6%, o que confirma a tese de que houve uma migração de pessoas que se declaravam pardas para o grupo dos que se declaram pretos.

Para o cantor Martinho da Vila, o número ainda não reflete a realidade da população,

MAIS NEGROS

Cresce o número de pessoas que se declaram de cor preta

PARTICIPAÇÃO NA POPULAÇÃO, EM %



EM NÚMEROS ABSOLUTOS

Em 2006, em milhões de pessoas



mas a tendência é de aumento porque as pessoas já estão se sentindo "mais confortáveis" para assumir a própria cor.

"No passado, muitas pessoas que se diziam de cor parda não se assumiam como negras porque o negro era malvisto. Com as ações de vários segmentos do movimento negro, a gente botou na cabeça desse pessoal pardo que nós somos vistos como negros de qualquer maneira. Temos mais é que nos assumir. O armário dos morenos que ainda se dizem brancos é muito maior", disse.

Para o ministro interino da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Martvs Alves das Chagas, o aumento é resultado da implantação das ações afirmativas no país. "Antes, havia muita dificuldade para debater o tema. O que o movimento negro diz é que as pessoas não precisam mais esconder o que são."

Na avaliação da antropóloga Yvonne Maggie da UFRJ, ainda não é possível definir as causas do aumento da autodeclaração de pessoas de cor preta. Ela destacou que o percentual de

pessoas que se declaram pretas ainda é pequeno. Contrária à política de cotas, ela afirma que uma das hipóteses é que as ações afirmativas tenham contribuído para o aumento de um ano para o outro. "As políticas que reforçam as identidades estão sendo criticadas no mundo inteiro porque elas produziram mais dor do que alívio. A identidade é uma coisa construída e tem como objetivo dividir o povo. Costumávamos nos ver como brasileiros", disse.

A população de cor branca perdeu participação e passou de 49,9% em 2005 para 49,7% em 2006. No Sul, a população branca chega a 79,6%, e, no Norte, a parcela é de 23,9%.

Para Marcelo Paixão, economista da UFRJ e coordenador do Observatório Afrobrasileiro, as mudanças detectadas na pesquisa desde a edição de 2005 são históricas. "Se considerarmos que indicadores demográficos mudam pouco porque envolvem crescimento da população, migração, taxa de fecundidade, que, no caso da população negra é maior do que a branca, os dados representam uma mudança de percepção da população, é uma resposta."

Em termos percentuais, a população de cor preta da região Norte foi a que mais cresceu em 2006: passou de 3,8% para 6,2%, seguida pelo Nordeste, onde o percentual passou de 7,0% para 7,8%. No Sudeste, a participação passou de 7,2% para 7,7% da população.



111 foco

Amazonense assumiu cor preta aos 44 anos, mas diz que ainda causa espanto

KÁTIA BRASIL

DA AGÊNCIA FOLHA, EM MANAUS

Até 2004, o amazonense Alberto Jorge da Silva, então com 44 anos, se declarava de cor parda, como está registrado em sua carteira do serviço militar. Naquele ano, passou a assumir a cor preta. Mas, segundo ele, muita gente ainda se espanta.

“Hoje, quando eu preencho algum documento em que coloco ‘negro’, a pessoa olha assim para mim: ‘Negro?’ Eu digo: ‘Olha o meu nariz.’ Eu passo por branco tranquilo, mas o meu cabelo é pixaim, e cabelo pixaim é de preto e só tem na África.”

Filho de mãe nordestina branca de olhos azuis, descendente de italianos, e pai

nortista de pele morena e cabelo cacheado, o especialista em psicologia clínica disse que “caiu a ficha” de que sua cor é preta quando começou a enxergar os valores culturais dos africanos.

“Eu me permiti um outro olhar, dentro de uma escala de valores, e pude perceber o quanto a África era rica e o quanto meus antepassados, que vieram no navio negreiro e foram escravizados, tiveram seu valor. Tive o entendimento de que Portugal não foi nossa pátria-mãe, nossa pátria-mãe foi a África.” Ele hoje é coordenador da Carmaa (Coordenação Amazonense das Religiões Matrizadas Africanas e Ameríndias) e membro do Movimento Afro-Amazonas.



Silva diz que passou a enxergar o valor dos antepassados

7,8% da população do NE se diz de cor preta, maior parcela das regiões

2 regiões não tiveram alteração no percentual de pretos: Sul e Centro-Oeste

658 mil crianças de 7 a 14 anos estavam fora da escola em 2006 no país

6% das crianças do Acre de 7 a 14 anos estavam fora da escola no ano passado

Total de estudantes na faculdade sobe 13%

Para especialistas, aumento está ligado ao envelhecimento da população e à oferta de cursos com mensalidades mais baixas

Dos universitários, 75,5% estão em instituições particulares; no geral, educação pública tem queda de 0,7% no nº de alunos

DA SUCURSAL DORIO

O número de estudantes no ensino superior cresceu 13,2% em 2006, o que representa um aumento de 684 mil pessoas em um ano. No total, o número de estudantes passou de 5,190 milhões para 5,874 milhões. Segundo o IBGE, o resultado pode ser parcialmente explicado pelo envelhecimento da população e pelo aumento da procura por cursos de nível superior pelas pessoas que já terminaram o ensino médio.

Os cursos superiores foram os únicos a apresentar um crescimento expressivo entre os níveis de ensino. Para o IBGE, por conta do envelhecimento da população, o total de estudantes no pré-escolar caiu 4,5%, e, no ensino médio, 0,9%. No ensino fundamental, houve aumento de 0,5%.

De modo geral, a educação pública apresentou uma queda de 311 mil alunos, o equivalente a -0,7%. O recuo foi mais intenso no ensino médio, que passou de 8,127 milhões em 2005 para 8,032 milhões no ano passado.

A expansão do número de estudantes universitários consolida um modelo de educação majoritariamente privado. A maior parte dos estudantes (75,5%) está matriculada em instituições particulares. No Sudeste, o percentual chega a 81,8%. O percentual de alunos na rede privada no ensino superior no país cresceu 15,3%.

Segundo especialistas, o resultado mostra uma forte expansão do acesso ao ensino de nível superior impulsionada em parte pela oferta de mensalidades mais baixas.

Segundo Simon Schwartzman, pesquisador do Iets (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade), o ProUni (programa do governo federal que concede bolsas em universidades particulares) pode ajudar, mas não responde sozinho pelo crescimento. Dados do site do

MEC indicam que, em 2006, foram concedidas 138.668 bolsas entre integrais e parciais.

"Houve um aumento mesmo do número de estudantes na universidade, não há envelhecimento da população que explique essa mudança. O que tem crescido no Brasil é o ensino particular; o público cresce pouco. À medida que aumenta a demanda, as instituições particulares oferecem taxas mensais que não são muito caras, o que serve para a população com menor poder de compra."

O aumento da exigência por escolarização no mercado também contribui. Dados da pesquisa mostram que, no Sudeste, quase metade (45,4%) da população ocupada tem 11 anos ou mais de estudo. De 2005 para 2006, a participação das pessoas que tinham completado o equivalente ao ensino médio na população ocupada passou de 35,4% para 37,6%.

"Os percentuais de crescimento no ensino superior são altos porque a base é baixa", diz Romualdo Portela, da Faculdade de Educação da USP.

Educação infantil

Cresceu a proporção de crianças na faixa de cinco e seis anos na escola. O total passou de 81,5%, em 2005, para 84,6%.

Segundo o IBGE, o crescimento pode ser um reflexo da lei nº. 11.274, de fevereiro de 2006, que determina a duração de nove anos para o ensino fundamental e prevê matrícula obrigatória a partir dos seis anos. A lei passou a vigorar no ano passado, mas existe um prazo de adequação até 2010.

O Ceará tem a maior taxa de crianças na faixa etária de cinco a seis anos na escola — 93,2%. O percentual mais baixo ocorre em Rondônia (60,7%).

No ano passado, o país tinha 54,9 milhões de estudantes na população com cinco anos ou mais de idade. Houve aumento de 0,9% em relação a 2005.

A maior presença na escola foi verificada na faixa de 7 a 14 anos, com 97,6% das crianças dessa idade matriculadas. Em Santa Catarina esse patamar chega a 99%. No Acre, a participação é de 94%.

[[!]] foco

Analista de sistemas volta a estudar aos 38 anos, após desistir de três cursos

DAREDAÇÃO

Aos 38 anos, Marcelo Capanema resolveu voltar a estudar e diz que, dessa vez, vai finalmente concluir o curso superior. "Agora eu termino de qualquer jeito", assegura.

Depois de prestar vestibular para publicidade e cursar um ano e meio de economia e dois anos de história, mas não ter terminado nenhuma dessas faculdades, agora ele é aluno do primeiro período do curso design digital do Unibero (Centro Universitário Ibero-Americano), no centro da capital paulista.

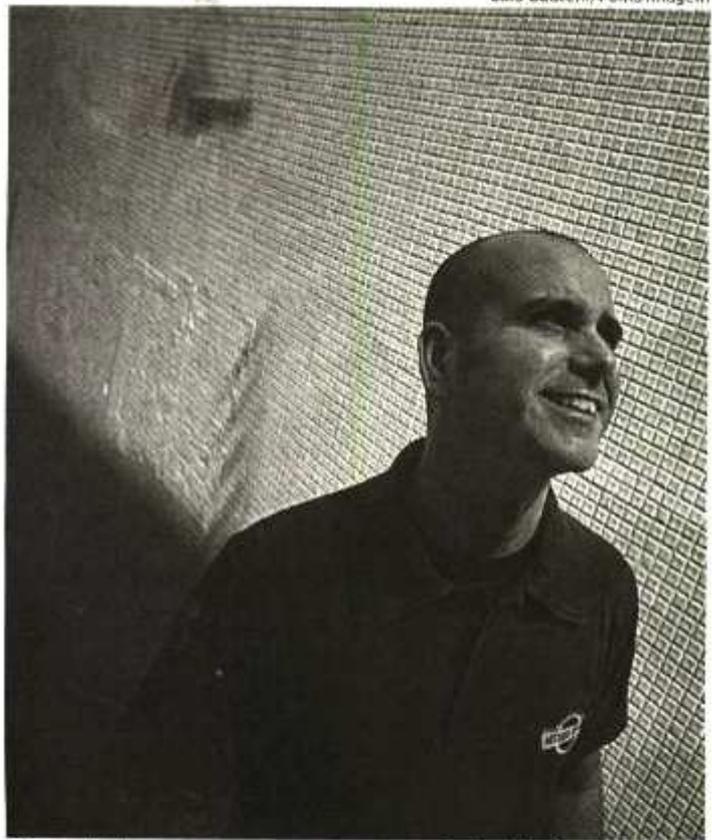
Optou por uma universidade particular para driblar a concorrência acirrada nas públicas. "Estou num momento bom, mais inspirado

para me dedicar aos estudos", conta Capanema, que estuda à noite e, durante o dia, trabalha como analista de sistemas, profissão que adquiriu fazendo vários cursos técnicos.

A formação universitária, diz, vai ajudá-lo a se aprimorar na área em que já atua. Tendo como colegas de classe estudantes mais jovens, Capanema afirma que ainda está tentando se adaptar à turma pois "está em outra fase da vida".

A grande diferença, avalia, é que tem objetivos mais definidos agora, embora revele que se arrepende de não ter entrado na universidade assim que concluiu o ensino médio, aos 18 anos de idade.

(TATIANA RESENDE)

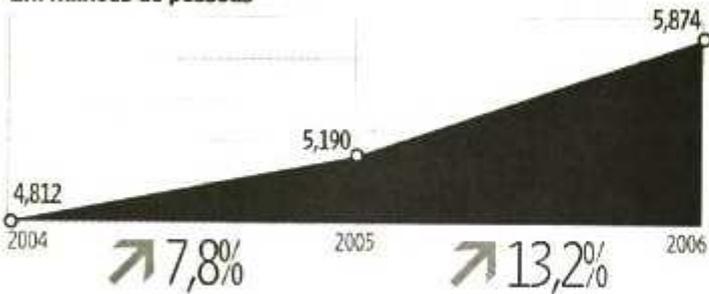


Marcelo Capanema, que passou a estudar design digital

MAIS UNIVERSITÁRIOS

Cresce total de alunos em faculdades e universidades

Número de estudantes no ensino superior
Em milhões de pessoas



5,457 milhões

de crianças de 5 e 6 anos estavam na escola em 2006

81,5%

era o percentual de crianças de 5 e 6 anos na escola em 2005

TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO EM 2006, EM %



Fonte: IBGE

PERCENTUAL DE CRIANÇAS COM 5 OU 6 ANOS MATRICULADAS NA ESCOLA

Ceará	93,2
Rio Grande do Norte	92,6
Santa Catarina	92,6
Rio de Janeiro	91,4
Paraíba	91,3
São Paulo	90,8
Roraima	88,4
Pernambuco	87,1
Maranhão	86,8
Sergipe	86,8
Piauí	86,7
Bahia	86,3
Espirito Santo	85,7
Distrito Federal	85
Minas Gerais	84,7
Média Brasil	84,6
Paraná	79,7
Amapá	79
Mato Grosso	77,6
Pará	76
Mato Grosso do Sul	75,7
Goiás	75,6
Alagoas	75,2
Tocantins	74,2
Amazonas	73,2
Rio Grande do Sul	67,8
Acre	65,6
Rondônia	60,7

Mesmo com queda no índice, país tem 15 mi de analfabetos

DA SUCURSAL DO RIO

Na era da tecnologia da informação, 14,9 milhões eram analfabetos em 2006 no país, queda de 4,2% na comparação com 2005, segundo a Pnad.

A taxa de analfabetismo manteve a trajetória de queda —de 10,2% da população com mais de 10 anos em 2005 para 9,6% em 2006. O problema se amplifica, porém, quando olhado o enorme contingente de analfabetos funcionais, conceituados como aqueles com menos de quatro anos completos de estudo. Em 2006, havia 36,9 milhões de pessoas nessa condição. Representavam 23,6%, contra 24,9% em 2005.

De acordo com o IBGE, apesar da expansão do número de crianças matriculadas nas escolas, as taxas de analfabetismo e o número analfabetos funcionais se mantêm altos nas gerações mais velhas e no Norte e no Nordeste especialmente.

Em 2006, 97,6% das crianças de 7 a 14 anos freqüentavam o colégio —o percentual era de 97,3% em 2005 e cresce continuamente desde 1992, primeiro ano da pesquisa.

As diferenças regionais também são marcantes: o Nordeste tinha o maior número de pessoas que não sabiam ler e também a mais alta taxa de analfabetismo funcional —8,9% e 35,5%, respectivamente.

“O analfabetismo funcional reflete mais a parcela da população que não se escolarizou o suficiente e não tem condição ou interesse de voltar mais para o sistema educacional”, disse

Romualdo Portela, professor da faculdade de Educação da USP. Segundo ele, o índice não mede a qualidade do ensino. Ou seja, não significa necessariamente que os quatro anos foram suficientes ou não para completar a alfabetização e fazer da leitura e da escrita ferramenta de trabalho e melhoria das condições de vida.

Outro problema que persiste é a baixa escolarização —em média, 6,8 anos de estudo. Em uma tendência vista já há alguns anos, as mulheres continuam estudando mais: 7 anos. Os homens, 6,6.

Para Sônia Rocha, economista do Iets (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade), a baixa escolaridade é uma das causas da exclusão dos jovens do mercado de trabalho.

Lula x FHC

Nos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Lula, o esforço de matricular o maior número possível de crianças resultou na queda do analfabetismo. O ritmo não foi muito diferente, com pequena vantagem para o tucano.

Na média anual, a taxa de analfabetismo caiu 3,78% no primeiro mandato FHC (1995-1998). No segundo, houve queda de 4,13%. Já sob Lula, a retração média ficou em 3,55%.

Excluída a área rural da região Norte (não pesquisada até 2004), a taxa de analfabetismo era 14,7% em 1995. Em 2002, último ano do governo PSDB, caiu para 10,9%. No primeiro ano de Lula, ficou em 10,6%. Em 2006, cedeu para 9,4%.

Jarbas Oliveira/Folha Imagem



Alunos de escola municipal na periferia de Fortaleza

[!] foco

Fortaleza eleva inclusão de crianças com 6 anos no ensino fundamental

KAMILA FERNANDES
DA AGÊNCIA FOLHA, EM FORTALEZA

A letra ainda é tremida, na tentativa de copiar o alfabeto da lousa. Mas, aos poucos, alunos com seis anos que começaram o ensino fundamental na Escola Municipal José Carvalho, na periferia de Fortaleza, vão aprendendo a formar sílabas, para ler e escrever. Eles só estão nessa escola por causa da criação do nono ano, pelo MEC (Ministério da Educação), que incluiu a antiga alfabetização no ensino fundamental.

Em Fortaleza, as crianças que completassem seis anos até junho poderiam se matricular na rede municipal. A escola foi inaugurada em maio, no bairro Alagadiço Novo. Com espaço amplo e estrutura bem ventilada, atende 765 alunos do 1º ao 5º ano. No meio dos mais novos, nas três turmas do 1º ano, há também muitas crianças mais velhas, de 7 a 13 anos, mas que ainda estão no mesmo nível escolar, sem ainda conseguir compreender e produzir textos escritos, enquanto alguns dos menores já formam pequenas palavras.

“Essa diferença do aprendizado se dá muito pela falta de apoio dos pais. Sem o

acompanhamento em casa, é muito difícil para a criança avançar sozinha”, disse Rosana Leite, diretora da escola. Ela acredita que a inclusão das crianças de seis anos no ensino fundamental trará uma melhora nos níveis de aprendizado no futuro, fazendo diminuir o número de alunos que chegam ao 4º e 5º anos sem saber ler.

Para as professoras, o problema não é tão fácil de resolver. “Tenho, em sala, alunos que já sabem escrever um pouco, outros que só sabem as letras e os que não sabem nada. Com isso, tenho que dar três aulas ao mesmo tempo, repetir demais os assuntos e, no fim das contas, mesmo os que não sabem acabam passando”, disse Rocherles Teixeira.

O conteúdo usado nas aulas do 1º ano ainda é o do ensino infantil, que não conta com livros específicos, apenas orientação para introduzir elementos da linguagem e outras disciplinas. Com folhas mimeografadas, as professoras procuram suprir a falta de material didático.

Sem saber o próprio sobrenome, Maicon, 6, disse gostar da escola. “É bom vir brincar.” Sobre o estudo, ele afirmou que acha importante, para poder virar policial.

Taxa de fecundidade cai, e população envelhece mais

Na classe alta, média de filhos por mulher é de 1,4; no caso das mais pobres, de 3,7

No geral, índice é de duas crianças por mulher; se ritmo de queda da natalidade for mantido, população começa a 'encolher' a partir de 2035

DA SUCURSAL DO RIO

A definição de que o Brasil é um país de jovens começa a deixar de ser correta. A taxa de fecundidade média chegou a dois filhos por mulher, índice de reposição da população —um filho “substitui” o pai e outro, a mãe—, e a população continua a envelhecer.

Em 2005, a taxa de fecundidade era de 2,1 filhos. Mantido o atual ritmo de redução da natalidade (acentuada a partir dos anos 80), o país começará a perder população entre 2035 e 2040, estima a demógrafa Ana Amélia Camarano, do Ipea.

Em 2006, a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) estimou a população em 187,2 milhões, com crescimento de 1,42% ante 2005.

A fecundidade ainda é um traço de desigualdade entre classes sociais. As mulheres mais ricas têm, em média, 1,4 filho. As mais pobres, 3,7 crianças. Embora relativamente elevada, a diferença do número médio de filhos das mais ricas e das mais pobres vem baixando. Era de 3,9 nascimentos em 1992. Cedeu para 2,3 filhos em 2006.

Camarano prevê que, de 2025 a 2030, o crescimento po-

FILHOS x RENDA

Diferenças de fecundidade segundo a renda

Fecundidade das mulheres mais pobres (1º quintil de renda)

3,7 nascimentos

Fecundidade das mulheres mais ricas (5º quintil de renda)

1,4 nascimentos

DIFERENÇA ENTRE A FECUNDIDADE DAS MAIS POBRES E DAS MAIS RICAS

Diferencial em 1992 3,9 filhos

Diferencial em 2006 2,3 filhos

Fonte: Ana Amélia Camarano, pesquisadora de Ipea, com dados da Pnad, do IBGE



No Brasil, [o envelhecimento da população] foi mais rápido do que na Índia, mas mais lento do que na China. Na Europa, a fecundidade cai desde o século 19, antes dos avanços tecnológicos

ANA AMÉLIA CAMARANO
demógrafa do Ipea

minação do uso da pílula e de avanços da medicina que se traduziram em uma menor mortalidade.

“No Brasil, foi mais rápido do que na Índia, mas mais lento do que na China, por exemplo. Na Europa, a fecundidade cai desde o século 19, antes dos avanços tecnológicos. É natural que o processo tenha sido mais lento”, completa.

A queda de fecundidade, aliada ao aumento da expectativa de vida, também fez crescer a proporção de idosos, tendência acentuada desde a década de 90. A população de 60 anos ou mais correspondia a 7,9% em 1992 e passou para 10,3% em 2006. Em 2005, era de 9,9%. O país tinha 19,1 milhões de pessoas com mais de 60 anos em 2006. A proporção de crianças com menos de 4 anos na população baixou de 10,6% em 1992 para 7,5% em 2006. Eram 14,2 milhões no ano passado.

pulacional cairá para 0,5%, e a taxa de fecundidade baixará para 1,5 filho. O resultado será a redução da população. Em 1984, a taxa de fecundidade era de 3,5 nascimentos por mulher.

“O Brasil viverá um problema que os países europeus enfrentam. A Rússia já perde 1 milhão de pessoas ao ano e até criou um feriado para as pessoas se reproduzirem”, disse.

A diminuição da população traz problemas como a redução do crescimento econômico —ou seja, menos pessoas produzindo riqueza. “A Europa importa trabalhadores da África

ca e da Ásia. Os Estados Unidos, os latinos. E nós vamos importar de onde?”, disse.

Márcia Quintslr, coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE, ressalta que o Brasil viu sua fecundidade cair num ritmo “muito mais veloz” do que os países europeus.

Para Camarano, a tendência de redução acelerada da natalidade e de expansão do envelhecimento é comum a todos os países em desenvolvimento, embora em níveis diferentes, pois começou tardiamente numa fase de maior desenvolvimento tecnológico —de disse-

187,2 mi

é o total da população estimada do Brasil para 2006 pela Pnad

1,42%

foi o crescimento da população brasileira de 2005 para 2006



Crianças recém-nascidas em maternidade particular de SP

Governo elogia resultado da Pnad e pode fazer ajustes em políticas

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Horas antes de, no Brasil, o IBGE divulgar os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), o presidente Lula citou os dados do desenvolvimento social no país e disse, ao lado do primeiro-ministro norueguês, Jens Stoltenberg, que o Brasil está vivendo um "ótimo momento" para a distribuição de renda e melhoria da qualidade de vida.

"E certamente vamos fazer mais, é possível fazer mais." Antes, Lula disse a empresários que o Brasil tem "a mais forte e mais conseqüente política de transferência de renda" para um país em desenvolvimento.

Lula pediu ao Ministério do Planejamento um estudo detalhado sobre os resultados da Pnad para verificar os que vieram por "acerto do governo" e as políticas públicas que precisam ser ajustadas. No geral, a avaliação é que a pesquisa dá ao governo a certeza de que vem fazendo "boas" políticas.

"A Pnad mostra que o governo acertou em seus objetivos. Vem confirmar os avanços na área econômica, com a estabilidade e o crescimento econômico refletindo na vida das famílias. Mas mostra também que há uma desigualdade grande entre as regiões do país. Há atrasos que precisamos atacar, como a situação do abastecimento de água no Norte", comentou o ministro Paulo Bernardo (Planejamento).

Ele relatou que enviou o resultado da pesquisa na noite de quinta-feira ao presidente, quando já era madrugada na Noruega —o país em que Lula estava. Bernardo adiantou que, na semana que vem, o presidente receberá o estudo detalhando a Pnad e há possibilidade de que alguns ajustes sejam feitos pelo governo em seus programas prioritários.

O ministro reconheceu que a renda ainda está abaixo da registrada há dez anos, mas atribuiu esse resultado ao governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). "Entre 96 e 98, havia uma situação cambial

que gerava uma artificialidade no poder aquisitivo das famílias. Em 99, isso desandou. Em 2002, o trabalhador estava com o poder aquisitivo destruído."

Trabalho

Para Bernardo, a dificuldade de os jovens entrarem no mercado de trabalho, retratada pela pesquisa, não chega a ser um problema. Na opinião do ministro, a Pnad mostra aumento da escolaridade e, segundo ele, as pessoas com maior grau de escolaridade tendem a entrar mais tarde no mercado de trabalho. "Não temos que pressionar os jovens a ter emprego em oposição aos mais velhos. A não ser o jovem que precisa muito ter emprego", disse.

Ao ser confrontado com os dados que mostram que no governo FHC houve maior consumo de bens duráveis (geladeiras, fogões e etc.), o ministro do Planejamento destacou que as vendas de veículos nunca estiveram tão aquecidas e citou a informação da Pnad sobre o aumento da aquisição de computadores e do acesso à internet.

A reportagem nas comparações mais longas priorizou os dados que excluem essas áreas. Quanto comparou dados de 2005 e de 2006, a preferência foi usar o dado do total do país, incluindo as novas regiões pesquisadas, o que reflete mais a realidade do país.

A referência da Pnad para as questões de mercado de trabalho é o mês de setembro. Ou seja, é indagado se a pessoa estava ocupada no período e qual era o seu rendimento.

[+] saiba mais

Pesquisa foi feita com 410 mil pessoas

DA SUCURSAL DORIO

Os dados da Pnad foram coletados por 2.000 pesquisadores em 145,6 mil domicílios em todo o país. Foram entrevistadas 410,3 mil pessoas.

Em 2004, a pesquisa sofreu uma mudança e passou a incorporar a área rural de Estados da região Norte —Rondônia, Acre, Roraima, Pará, Amazonas e Amapá.

Diante disso, as comparações temporais antes de 2004 só podem ser feitas com base em dados que excluem essas áreas rurais. Por isso, o IBGE apresentou também dados de 2004, 2005 e 2006 que não consideram o Norte rural.



A desigualdade teve uma queda suave. O Brasil continua sendo ainda um país com forte concentração de renda

MÁRCIA QUINTSLR
coordenadora do IBGE

Servidor público tem o maior aumento de rendimento entre todas as categorias

DA SUCURSAL DO RIO

No último ano do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, funcionários públicos estatutários (não regidos pela CLT) e militares tiveram o maior incremento de rendimento, de 11,5%, dentre todas as categorias.

O emprego no setor público, considerando todas as esferas de governo, também cresceu acima da média —7,3%.

De 2005 a 2006, foram criados 404 mil postos de trabalho na administração direta e em órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário na União, nos Estados e nos municípios. Os servidores chegavam a 5,9 milhões em 2006.

Segundo Cimar Azeredo Pereira, gerente da Pnad, a expansão da renda e do emprego entre os funcionários públicos se explica pelo aumento da reali-

zação de concursos para a admissão de servidores.

Em 2006, ao menos os federais, tiveram reajustes polpidos e acima da inflação —3,14%. O Executivo federal concedeu reajustes salariais de 5% a 190% para 34 categorias da administração pública —Polícia Federal, agências reguladoras, entre outras.

A renda média dos servidores é mais alta do que das demais categorias —R\$ 1.531 em 2006. Os empregados com carteira tinham renda de R\$ 897. Já os não regidos pela CLT, de R\$ 503, em média.

O aumento salarial a funcionários públicos, concedido em junho, teve um impacto de R\$ 5,5 bilhões somente no Orçamento 2006. Para 2007, o valor deve chegar a R\$ 10,8 bilhões.

Os ganhos em 2006 foram generalizados, mas não na mes-

ma intensidade. A renda subiu menos para empregados com carteira assinada, com alta de 4,7%, e sem carteira, com incremento de 4,3%.

Já para os empregados domésticos o rendimento teve uma expansão de 7,9%, puxada pelo reajuste real de 13,3% do salário mínimo. Isso porque a categoria tem uma remuneração menor e atrelada ao salário de referência —menos para os que estão na informalidade.

“O salário mínimo tem impacto nas faixas mais baixas de renda. Até a diarista passa a ganhar mais com a valorização do mínimo”, disse Lena Lavinas, do Instituto de Economia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

No caso dos por conta própria, o crescimento subiu 5,4%. Já os empregadores viram suas retiradas do negócio aumentarem 8,4% de 2005 para 2006.



Lula é vaiado por servidores em greve em recepção à chilena Michelle Bachelet; categoria foi a que teve maior aumento salarial em 2006